



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8652097

**BRASÍLIA E A "MODERNIZAÇÃO SELETIVA":  
NOTAS SOBRE UMA INTERPRETAÇÃO DA METRÓPOLE NO PRESENTE**

**BRASÍLIA AND THE "SELECTIVE MODERNIZATION"  
NOTES ABOUT A METROPOLE INTERPRETATION**

**BRASÍLIA Y LA MODERNIZACIÓN SELECTIVA  
NOTAS SOBRE UNA INTERPRETACIÓN DE LA METRÓPOLI EN EL PRESENTE**

Carlos Henrique Magalhães De Lima  
Universidade de Brasília  
carloshenrique@unb.br

Carolina Pescatori  
Universidade de Brasília  
pescatori@gmail.com

## **Resumo**

O artigo procura traçar paralelos entre a proposta do térreo livre público, princípio fundamental na concepção urbanística do plano para Brasília, e o termo "modernização seletiva", definido pelo sociólogo Jessé Souza (2000). Segundo o autor, o processo de modernização brasileiro foi seletivo e não promoveu apenas as novas classes sociais que se apropriaram diferencialmente dos capitais cultural e econômico daí derivados, resultou também numa classe de indivíduos sem capital de qualquer tipo, desprovidos das condições sociais, morais e culturais que permitissem sua participação no circuito mínimo da cidadania. Propõe-se observar o termo em relação ao ideário que ensejou a nova capital, baseada em ideias novas e radicais sobre a propriedade da terra, atrelada a princípios de desenho urbano, para refletir sobre as estruturas latentes, arraigadas no passado, que ressoam neste episódio decisivo de urbanização do país.



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8652097

Para isso, além das proposições teóricas, recorre-se aqui à ideia dos condomínios privados horizontais, uma imagem alusiva que revela os conflitos e contradições que marcam a metrópole no presente, com grande teor fundiário e sócio-espacial.

### **Palavras-chave**

Brasília. Modernização seletiva. Condomínios.

### **Abstract**

*The article seeks to draw parallels between the proposal of the free public ground floor, a fundamental principle in the urban design for Brasilia, and the term "selective modernization", proposed by the sociologist Jessé Souza (2000). According to the author, the Brazilian modernization process was selective and not only promoted the new social classes that differentially appropriated the cultural and economic capital derived from them, it also resulted in a class of individuals without capital of any kind, deprived of the social, moral and social preconditions of citizenship. It is proposed to observe the term in relation to the ideology that gave rise to the new capital, based on new and radical ideas on land ownership, linked to urban design principles, to reflect on the latent structures rooted in the past that resonate in this episode urbanization of the country. For this, in addition to the theoretical propositions, it is used here the idea of horizontal private condominiums, an allusive image that reveals the conflicts and contradictions that mark the metropolis in the present, with large land and socio-spatial aspect.*

### **Keywords**

*Brasília. Selective modernization. Condominium.*

### **Resumen**

*El artículo busca trazar paralelos entre la propuesta de la planta baja pública, principio fundamental en la concepción urbanística del plano para Brasilia, y el término "modernización selectiva", propuesto por el sociólogo Jessé Souza (2000). Según el autor, el proceso de modernización brasileña fue selectivo y no promovió sólo las nuevas clases sociales que se apropiaron diferencialmente de los capitales culturales y económicos derivados, resultó también en una clase de individuos sin capital de cualquier tipo, desprovistos de las precondiciones sociales, morales y culturales que permitieran su participación en el circuito mínimo de la ciudadanía. Se propone observar el término en relación al ideario que propuso la nueva capital, basada en ideas nuevas y radicales sobre la propiedad de la tierra, ligada a*



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8652097

*principios de diseño urbano, para reflexionar sobre las estructuras latentes, arraigadas en el pasado, que resuenan en este episodio decisivo de urbanización del país. Para ello, además de las proposiciones teóricas, se recurre aquí a la idea de los condominios privados horizontales, una imagen alusiva que revela los conflictos y contradicciones que marcan la metrópoli en el presente, con gran aspecto agrio y socio-espacial.*

### **Palabras-clave**

*Brasília. Modernización selectiva. Condominios.*

## **1. Uma imagem alusiva**

Em "A Cidade é uma só?", filme dirigido por Adirley [Queiroz](#) (2013), há um personagem instigante: Zé Bigode - interpretado por Wellington Abreu. Bigode dirige seu carro - um Volkswagen Santana fabricado na década de 1980 - por diferentes trechos da Brasília metropolitana em busca de oportunidades, isto é: lugares em processo de loteamento, sejam regulares ou não; áreas de ocupação rarefeita que possam ser adensadas; loteamentos incipientes singrando a paisagem característica do cerrado brasileiro. Em sua procura, alternam-se momentos de solidão contemplativa e conversas especulativas com o personagem principal da trama, seu amigo Dildo, um jovem que ambiciona cargo eletivo no poder legislativo distrital. Vivido por Dilmar Durães, Dildo é morador de Ceilândia, núcleo urbano mais populoso de Brasília, 30 quilômetros distante da Esplanada dos Ministérios. Como sabemos, as distâncias entre esses dois espaços vai além das determinações físicas, atravessando fronteiras e experiências de toda ordem. Também exibem as contradições implicadas nos processos de urbanização da capital, marcado por severas assimetrias socioespaciais materializadas desde o início da sua construção.

Ceilândia foi fundada em 1971, construída para reunir os moradores de acampamentos e aglomerações remanescentes da construção de Brasília. Seu nome deriva da sigla CEI, Campanha de Erradicação de Invasões. Ceilândia, cidade-satélite, não estava prevista no Plano Piloto de Lucio Costa. No entanto, apenas uma década após a inauguração de Brasília, no simbólico 21 de abril, já estavam desenhadas as coordenadas que dariam curso ao seu crescimento: uma política de Estado de tom marcadamente segregador no que diz respeito à posição sua no território e às características que embasam seus projetos urbanos, pois se no Plano Piloto predominam espaços livres entremeados pela abundante vegetação e equipamentos públicos e coletivos, em Ceilândia, assim como em outras cidades em torno do núcleo central, predomina o tipo de urbanização caracterizado pelo loteamento, com poucas áreas privilegiadas e clara repetição nos padrões de desenho. Em "A cidade é uma só?" esse

contraste é explorado para refletir sobre as questões que marcam o cotidiano de Zé Bigode e o que preside suas ambições futuras. Observando casarios apinhados no que resta do cerrado do centro-oeste brasileiro, vê a possibilidade de criar para si um lugar. No diálogo, Zé Bigode conversa com Clodoaldo, amigo grileiro que lhe descreve o cenário:

Olha, eu tô vendendo isso aqui porque eu tô precisando de dinheiro. Tá vendo aí, ó? Tudo loteado. Ali, no caminhão verde, tem um lotão de cinquenta de frente que vai até lá embaixo, no córrego. O cara dividiu tudo 5 x 10. Vai ganhar a maior grana. Eu não vou ver, mas isso aqui, ó, logo vai tá loteado igual lá em cima. E não demora, ele abre aí um caminho, bota uma ponte, e vai sair lá em Águas Lindas. [...] Se não comprar agora, não compra nunca mais. (A [CIDADE](#), 2011).

Zé Bigode procura alguma estabilidade diante da "correria" que é a vida, andando entre espaços da cidade onde se pretendeu reverter a sociabilidade arraigada no passado colonial por via da modernização. Assentamentos informais e formas cognominais irregulares são signos desse desencontro, contribuindo para uma leitura sobre descaminhos e trajetórias de transformação negativa nesse particular.



Figura 1 – Cena do filme "A cidade é uma só"

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=7uS4YnqPWLU&t=117s>. Acesso em 11 jun.2018.

A construção da capital engendrou a formação de vários assentamentos informais, lugar dos imigrantes trabalhadores, que insistiram em não retornar aos seus "lugares": Vila Sarah Kubitschek, Vila Amauri, Sacolândia, Lonalândia, Vila Paranoá e Vila IAPI – todas



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8652097

removidas ou relocadas; Cidade Livre (hoje Núcleo Bandeirante), Vila Planalto, Vila Cauhy, Vila Telebrasília, que conseguiram se consolidar a partir de movimentos sociais. Em décadas recentes surgiram outros núcleos como Vila Varjão, Vila Estrutural, Sol Nascente e Pôr do Sol. Paralelamente, extratos com maiores faixas de renda impulsionaram outro processo de urbanização irregular em Brasília, agora por meio de condomínios horizontais privados nas franjas bem dotadas de infraestrutura da cidade patrimônio.

Assim, o fenômeno da ocupação de terra por condomínios horizontais privados é marca substantiva que caracteriza Brasília no presente. Num histórico mais amplo – e não apenas no país – esses "enclaves fortificados" ([CALDEIRA](#), 2000) são caracterizados como reações diversas à falta de mínima estabilidade das relações em espaços públicos, ao medo e insegurança, reflexos da açodada urbanização que assinalou o crescimento de diversas metrópoles. O que se propõe neste trabalho é realizar leitura detida e vertical baseada na experiência de Zé Bigode, sujeito que reúne diversas questões a respeito dessa forma-espaco caracterizada pelos condomínios – tradicionalmente relacionado às classes médias e altas, mas também produzido pela pobreza, organizada ou não, para fugir às violências da urbanização.

Os trânsitos de Zé Bigode conflitam com o pensamento e a prática urbanística da década de 1950, em grande parte atrelada a ideias de prefiguração do país futuro a partir de interpretações dominantes sobre nossa formação. As fórmulas de grande escopo, no entanto, sempre apresentam fissuras e é nessas brechas que o sociólogo [Jessé Souza](#) (2000) apresenta a ideia de uma "modernização seletiva" no país. Para o autor, na industrialização e modernização do país formaram-se relações sociais de modo parcial e complexo, criando uma classe trabalhadora capaz de brigar pelos benefícios do mercado capitalista, mas também outra pauperizada e excluída, sem capacidade de adquirir vínculos no circuito da cidadania. Zé Bigode, como os demais cidadãos nascidos em Ceilândia, removidos dos espaços que antes ocupavam nas margens do Plano Piloto, são sujeitos que dirigem suas vidas na esteira de uma urbanização que não logrou distribuir equitativamente seus benefícios, fruto, talvez, da parcialidade da modernização, que aumentou a competição entre grupos e as possibilidades reais de ascensão e mobilidade no edifício social. Para isso, na primeira parte do trabalho, procura-se reprisar questões centrais a respeito da "modernização seletiva", ou ainda, aquelas que interessam para uma interpretação espacial de seus efeitos. Em seguida, trataremos do contraste entre as noções presentes no projeto do Plano Piloto, amplamente caracterizado pela revisão dos pressupostos de estruturação fundiária do espaço e as dinâmicas presentes que influem no território, em que o condomínio se apresenta como um modo de reprodução ampliada e impessoal de acesso à terra.



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8652097

## 2. Notas sobre a "modernização seletiva"

Antes de delinear o termo "modernização seletiva", vale reprisar as questões que, por discordância provocativa, Jessé Souza elenca para formular seu argumento. Para o autor, o pensamento que toma corpo nas obras de autores como Sérgio Buarque de Holanda, Raimundo Faoro e Roberto Da Matta, busca interpretações dominantes a respeito dos traços da personalidade e caráter dos brasileiros. Dois temas se apresentam inter-relacionados, exercendo grande influência no campo social e no pensamento sobre nós mesmos: patrimonialismo e personalismo. São ideias invariantes e centrais herdadas da cultura política ibérica e que teriam permanecido como entidades externas às práticas sociais (SOUZA, 2000).

Para Jessé Souza, [Buarque de Holanda](#) ([1936] 1987) apresenta uma singularidade europeia, mais particularmente, a singularidade ibérica como raiz fundamental do país. Seus textos, que se caracterizam pela imprecisão conceitual e terminológica e aspecto ensaísticos, apresentam noções e conceitos delimitados de forma parcial, procurando desvendar fenômenos que vão da conduta pública à urbanização. Para [Buarque de Holanda](#) ([1936] 1987), o aspecto personalista é o traço decisivo da cultura ibérica que se influiu entre nós. O personalismo seria impeditivo às formas de organização solidárias mais amplas, privilegiando assim o desempenho pessoal enquanto aspecto subordinado à relações públicas mais equilibradas. Sendo assim, há fragilidade das relações sociais baseadas em interesses particulares, predomínio do domínio privado sobre a dimensão pública. Vínculos de hierarquia se processam nessa confusão de fronteiras, e o autor afirma que é daí que herdamos nossa feição nacional, "o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma" ([BUARQUE DE HOLANDA](#), [1936] 1987, p. 40). O personalismo se funda no âmbito do patriarcado e migra sem constrangimento para as cidades. Com isso, forjou-se uma espécie de burguesia urbana no Brasil feita de improvisações, que incorporou certas atitudes peculiares, até então, relacionadas ao patriarcado rural. Por influência, tais práticas se tornaram comuns a todas as classes como ideal de conduta. Diz o autor: "estereotipada por longos anos de vida rural, a mentalidade da casa grande invadiu as cidades e conquistou todas as profissões, sem exclusão dos mais humildes." ([BUARQUE DE HOLLANDA](#), [1936] 1987, p. 87).

Como sabemos, o processo de urbanização não ocorreu sem conflitos. A população antes escravizada não encontrou condições dignas de permanência nas cidades em formação. A Lei de Terras de 1850 foi promulgada duas semanas antes do decreto que proibia o tráfico de escravos para o Brasil, inviabilizando as chances da massa de trabalhadores livres estabelecer propriedade, e obstaculizando a potência da posse fundiária para o desenvolvimento de uma infraestrutura laboral ([MARICATO](#), 2001). Esta não seria, portanto,



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8652097

condição mais determinante à formação social que se constituiu no país, superando decisivamente as heranças ibéricas? [Souza](#) (2017) argumenta nesta direção e pontua ainda um outro aspecto que grassa, ainda hoje, em diversos discursos a respeito da personalidade nacional.

O personalismo que predomina na leitura de Buarque de Holanda ganha aspecto institucional em Raimundo Faoro na forma do estamento e do patrimonialismo. "Os Donos do Poder" (1958), livro em que Faoro sustenta sua tese, é publicado durante as obras de Brasília. É um texto que atravessou edições pouco permeável a questionamentos e inflexões de raciocínio. Para Faoro, o patriarcalismo seria a forma política do personalismo, em que deveres e desejos da amizade e do compadrio se impõem às instituições. Com efeito, o Estado se configura como generalização do princípio de sociabilidade baseado na estrutura familiar, de modo que as virtuosidades do mercado e da livre iniciativa tem pouca possibilidade de se desenvolver nesse contexto.

Segundo [Faoro](#) ([1958] 2011, p.823) o domínio patronal é constituído pelo estamento, pela apropriação por parte de agentes "[...] das concessões, dos cargos, numa confusão entre o setor público e o privado, que, com aperfeiçoamento da estrutura, se extrema em competências fixas, com divisão de poderes, separando-se o setor fiscal do setor pessoal." Desse modo, a "[...] dinâmica do mercado aberto, congênita ao liberalismo, se altera em direção ao mercado administrativo, com demandas políticas seletivas, de caráter militar e político." ([FAORO](#), [1958] 2011, p.831).

Souza, por sua vez, apresenta o patrimonialismo como noção contextual e historicamente determinada, à partir do conceito que Weber desenvolve para apresentar um tipo de dominação que se diferencia daquelas tradicionais, como a gerontocracia e o patriarcalismo ([WEBER](#), 1979). A entrada de um quadro administrativo entre o líder e os dominados traz consequências importantes para articulação do poder, pois, inaugura, " a política em toda sua complexidade [...] já que o exercício do poder sobre grande número de pessoas e sobre extenso território exige um quadro administrativo como elo intermediário entre liderança e os liderados." ([SOUZA](#), 2017, p. 201). Desse modo, a dominação política em sentido estrito depende de fatores como: a) a inexistência de economia monetária desenvolvida; b) um direito informal e uma mistificação do poder político; c) inexistência de espaço público constituído. A isso, acrescentaríamos a própria vulnerabilidade no que se refere à ocupação dos lugares urbanos, pouca possibilidade de pessoas fazerem usufruto dos lugares, ou mesmo terem o direito a tomar posse de parcelas do território, seja por lutas sociais ou via institucional.



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8652097

Nessa direção, [Souza](#) (2017) sugere o termo "modernização seletiva", como o resultado de uma industrialização que não logrou distribuir seus benefícios de forma minimamente equitativa. Formou-se no lastro de nossa modernização não apenas uma classe trabalhadora capaz de disputar espaço no desenvolvimento, mas também uma parcela subalterna estigmatizada, uma parcela da população percebida como não-participante dessa herança. Isso forjou um comportamento que faz valer uma lista imensa capaz de operar a distinção entre sujeitos. Quer dizer: "as oposições deixam de localizar-se nos binômios senhor/escravo para assumirem formas impessoais como doutor/analfabeto, morador de bairros burgueses/morador de favelas etc." ([SOUZA](#), 2000, p.260). É algo que independe de um vínculo de subordinação construído a partir de uma situação particular; tais relações passam a ser impessoais pois se referem a valores inscritos dentro da lógica de funcionamento das instituições fundamentais do mundo moderno.

Identificar e nomear um fenômeno não é o mesmo que reconhecê-lo. É o que sugere Souza com essa virada argumentativa. O autor propõe que valores simplesmente não se transportam de um lugar a outro. Eles dependem da forma como as relações sociais adquirem permanência. A "modernização" seletiva do país coloca em primeiro plano palavras repetidas, mas cuja extensão permanece insondável pelo ocultamento de aspectos particulares de seu desenvolvimento e afirmação ([SOUZA](#), 2017).

Onde a dependência recíproca entre sujeitos fica barrada, a formação de práticas e instituições que protejam a autonomia dos sujeitos inexistem. Acordos que minimamente incentivem padrões de sociabilidade e conduta que ensejem formas de obrigações recíprocas entre atores hegemônicos e grupos subordinados. Nesse sentido, o pensamento de Lucio Costa, por meio da dimensão urbana, valoriza, de forma aberta e irrestrita, uma configuração fundiária que busca privilegiar positivamente uma proximidade mútua entre setores sociais então severamente divorciados.

### **3. Brasília e os conflitos da modernização brasileira**

Os termos apresentados no plano urbanístico de Brasília são ousados e promissores. Com um grau maior do que consta em outras proposições, seus traços constitutivos mais elementares são conduzidos a promover uma ordem social avessa ao domínio privado, à simples soma de espaços e sua irrefletida proliferação. Mas como bem observado em outras análises, longe dos imperativos categóricos de Corbusier, Lucio Costa deixa entrever um pensamento fluido ([BRITO](#), 2004), pensando a cidade num tom que oscila entre afirmativo e prospectivo, carregado de lirismo e atrelado à experiências íntimas e pessoais ([TELLES](#), 2004).





DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8652097

No lugar de um espaço-projeto calcado na definição de lotes privados, Lucio propõe um território comum, do convívio amplo e irrestrito, revertendo a lógica do loteamento em favor do pilotis, da fluidez dos espaços e de variações tipológicas capazes de acomodar diferentes camadas da população. Um único espaço público dotado dos mesmos elementos estruturadores do espaço, uma cidade potencialmente capaz de criar uma paisagem nova no interior do país, conduzindo uma emancipação assentada nos aspectos de classe, equacionando disparidades numa forma urbana amortecida na paisagem.

A realização de Brasília não é fruto da casualidade. É inegável que esta ambição transformadora não estava apenas nos enunciados e na forma do projeto urbanístico. JK fez influir, por ritos calculados ([VIDAL, 2012](#)), que a modernização brasileira, consensualmente, era conduzida para o bem. Em consequência, os acordos firmados para criar um sentido comum entre parlamento, setores do empresariado, imprensa e demais parcelas da sociedade civil, colocou em suspensão as tensões inerentes às nossas relações ocultas, com marcas concretas que confinam as percepções de mundo. Em uma atitude planejada e intencional, JK constrói um pacto pela modernização, fazendo convergir diferentes interesses num só Plano Nacional de Desenvolvimento, o Programa de Metas.

Diante disso, pode-se pensar que a preocupação de Lucio Costa foi forjar uma cidade capaz de assimilar esse ambiente político. Uma forma urbana que se vincula à tradição, mas que possui grande autenticidade, conciliando técnica e forma numa vertente local que se internacionaliza (COMAS, 2002); não o contrário. Portanto, um projeto contra o aspecto "exterior e inautêntico" que seriam marcas da modernidade no país. Espírito livre que possibilita a produtividade moderna, aspecto democrático que domina um território livre das amarras do privatismo exercido como modo de dominação.

No entanto, o caráter seletivo da renovação modernizadora influenciou negativamente na forma como as práticas sociais se constituem. A complexa gradação social proposta por Lucio Costa encontrou obstáculos na relação entre estratos superiores e inferiores, assim como nas funções sociais e na importância da (re)organização fundiária na configuração do espaço urbano. A pretensa reprodução ampliada e impessoal das formas de interação não se firmaram. A inclusão social ficou, então, retidas nos arranjos seculares de estratificação. O espaço público, base de eficiência da cidade racionalizada, era considerado intrinsecamente democrático na ótica daqueles anos, pois aumentava a possibilidade de convívio comum e, potencialmente, de acordos horizontais, do reconhecimento do outro na sua alteridade, conforme definido por [Arendt \(2007\)](#).



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8652097

Seguindo lógicas opostas, a emergente região que se adensou em torno do Plano Piloto, registrou, durante toda década de 1990, o intenso parcelamento de núcleos rurais convertidos em condomínios de todas as classes sociais. O que há em comum entre esses "enclaves fortificados" ([CALDEIRA, 2000](#)), além da clara negação da cidade e seus valores de interação e convívio, é a total inversão a respeito do aspecto mais fundamental encarnado no projeto de Brasília: o uso público do solo possibilitado pela lógica das projeções. Nesta região metropolitana, que registra o maior crescimento do país, as formas condomínios de apropriação foram alternativa para garantir a posse de terra.

Observando em perspectiva histórica, há profunda relação de dependência entre os municípios em torno de Brasília e seu núcleo central, condição que suscitou entendimento de sua situação metropolitana, mas com experiências de planejamento que tiveram poucos desdobramentos efetivos no território ([FREITAG; FARIA, 2013](#)). A carência de estratégias compartilhadas e de leituras mais amplas sobre as dinâmicas socioeconômicas no território da RIDE/DF foi fundamental para o desencadeamento de um processo de expansão urbana dentro e ao redor do DF que culminaria com um quadro de urbanização diversos daqueles privilegiados nos planos de ordenamento territorial da cidade.

O Plano Estrutural de Organização Territorial do DF (PEOT), primeiro plano posterior ao Plano Piloto de Costa, aprovado em 1978, trouxe diversas proposições de áreas para novos assentamentos, todas localizadas no eixo sudoeste do DF, na direção de Taguatinga e Ceilândia, corroborando assim com o principal sentido da expansão urbana do DF, que deveria se consolidar pela implantação de linhas de transporte de massa conectando o núcleo urbano a novas áreas centrais. Porém, pouco antes do PEOT, em 1975, já se formava o primeiro loteamento irregular com características de condomínio horizontal no DF, o (Country Club) Quintas da Alvorada ([DISTRITO FEDERAL; TERRACAP, 2016](#); [FREITAS, 2013, p. 78](#)). Localizado na bacia do rio São Bartolomeu, pertencia à Região Administrativa (RA) São Sebastião, na área do Jardim Botânico – bairro constituído apenas em 1999, cujo nome é derivado do Jardim Botânico de Brasília, área de preservação ambiental, e que tornou-se RA homônima em 2004. Atualmente, o Jardim Botânico é configurado por mais de 30 condomínios horizontais fechados, com população de mais de 27 mil habitantes, alta renda média mensal (renda domiciliar média de 14,16 salários mínimos) e, não obstante, apenas 5,5% dos domicílios têm escritura definitiva, ou seja, altíssimo índice de irregularidade fundiária ([CODEPLAN, 2016](#)).

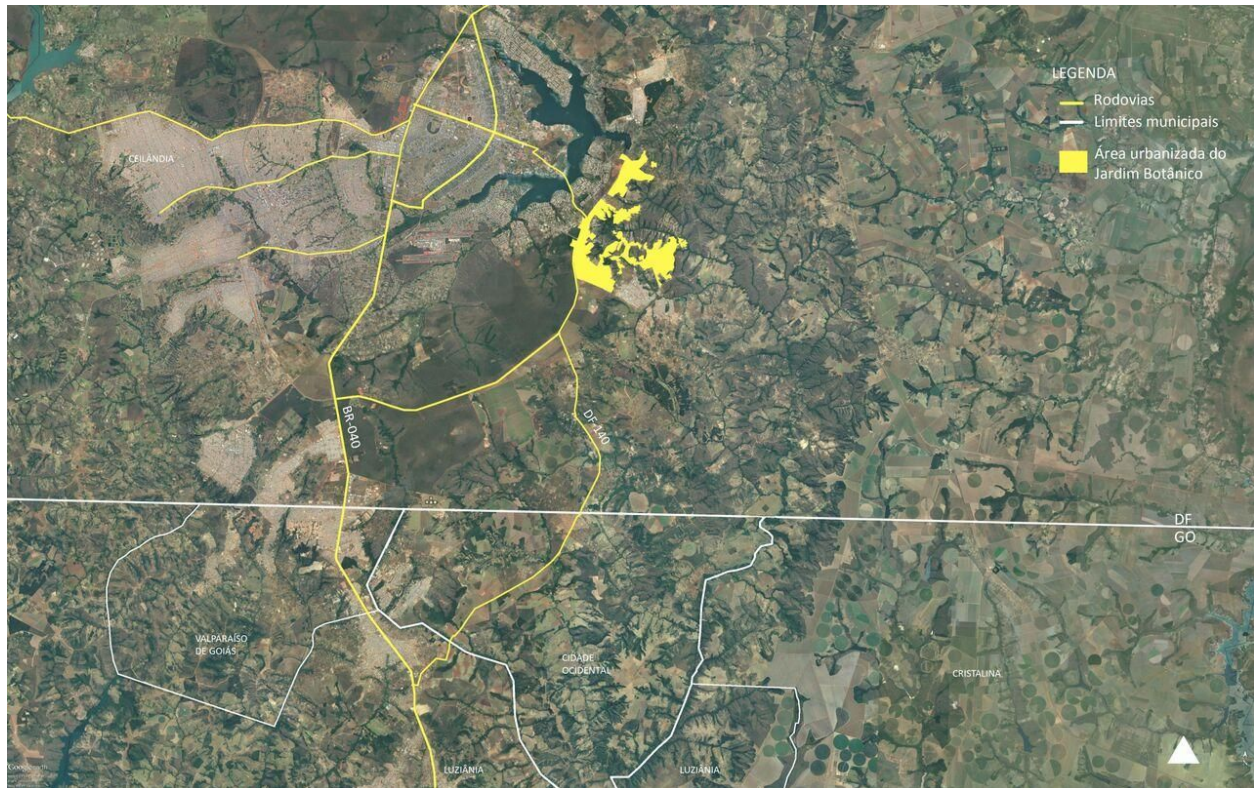


Figura 2 – Mapa de localização do Jardim Botânico em relação ao Plano Piloto.

Fonte: autores, 2018

Observando o crescimento do Jardim Botânico, verifica-se que não se deve desconsiderar a influência de empresas urbanizadoras locais e nacionais, que compreenderam a demanda habitacional das elites brasilienses e passaram a reproduzir o modelo de condomínios residenciais fechados ao longo de rodovias urbanas, como a DF-140, por exemplo, criando e reforçando novos eixos de urbanização localizados em áreas de expansão urbana. O resultado dessa produção numerosa e territorialmente ampla teve impacto direto na configuração da Área Metropolitana de Brasília, tal qual ocorre em diversas cidades e regiões brasileiras, configurado por intenso padrão dispersivo no território.

Pode-se somar a discrepância entre as diretrizes de planejamento e o processo de urbanização com loteamentos irregulares a um excesso de tolerância por parte do governo distrital (FREITAS, 2013). O poder Executivo Distrital, ao desconsiderar diretrizes do planejamento, acabou por atender demandas das classes historicamente privilegiadas, formada por atores do mercado imobiliário, agentes urbanizadores como proprietários de



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8652097

terras rurais e grileiros. Desse rescaldo, surgem dissonâncias no processo de constituição urbana ainda muito influentes na atual produção urbana.

Este fenômeno, no entanto, não está circunscrito às classes favorecidas de Brasília: pobres e ricos participam de um jogo estratégico onde os conflitos estão vinculados a interações que diversos grupos de interesses passam a estabelecer em relação à expansão dos limites da terra urbana, já que o Governo do Distrito Federal (GDF) "[...] detém a propriedade e o poder político para elaborar as normas para a ocupação, os grileiros e os proprietários detêm a organização do mercado e os moradores detêm o uso efetivo desses lugares, construindo suas moradias ou cercando seus lotes. ([PENNA](#), 2003, p.55)

Os conflitos fundiários, em seus aspectos legal e político, nublam as percepções sobre a titularidade e domínio de terras. No intervalo dessas ações surgem diversas ilegalidades, componente decisivo a influenciar a vida das pessoas, que acabam obrigadas a transitar entre o lícito e o ilícito, o legal e o ilegal, o formal e o informal, em situações em que as fronteiras estão longe de ser evidentes. ([MOURA](#), 2010).

Voltemos a nossa personagem inicial. Observando a narrativa construída em "A Cidade é uma só?", sabemos que Zé Bigode não faz parte do estrato mais favorecido da população. Seu propósito é adquirir terras para usufruto e, eventualmente, para retenção especulativa. Espelha-se no comportamento dos estratos médios e altos da população. Utiliza métodos e recursos próprios que, mais intuitivamente do que por categorias definidas, permitem escolher lugares de possível ocupação. Pode compartilhar do medo urbano que não escolhe classes, mas é um sujeito que certamente não possui capacidade de influência nos meios decisórios que regulam a terra na cidade. Ainda assim, sua figura é uma alegoria de sujeitos que não contam com capacidade de articulação. É uma espécie de grileiro, mas com pouca capacidade de influência - assim como Dildo, que tem pouco entrosamento com o jogo eleitoral, Zé Bigode representa a cooptação individual promovida por classes subordinadas que dispararam, em Brasília, os mecanismos da urbanização dispersa. Entretanto, sua trajetória não é predominante, como mostra Moura (2010a): são diversas as cidades que existem em Brasília. Sem dúvida, a cidade não é uma só.

A alegoria de Zé Bigode explicita bem o abandono de setores desprivilegiados no curso da modernização seletiva. Em Brasília, o térreo livre, a lógica das projeções organizando a cidade, perderam espaço para os acordos baseados em sistemas de estratificação. O crescimento urbano calcado em cidades-satélites distantes, hoje regiões administrativas, formou uma cidade que deixou diversos sujeitos de fora desse padrão de desenvolvimento.



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8652097

Mas cabe observar que há energia humana pulsando nesses territórios. Os párias desse processo, a "ralé" que acessa apenas parcelas muito específicas de bens e serviços, forjou na cidade um movimento consciente e de programa claro. Como mostra Moura (2010a), a noção de "condomínio", hoje, em Brasília, refere-se não somente aos estratos de classe média e elite, que engrossam uma rede complexa de usurpação do patrimônio público e parcelamento irregular de terras, como no caso do Jardim Botânico. Para movimentos relativamente dispersos de moradia, o termo condomínio representa um status jurídico, uma tática que permite a alguns assentamentos não serem nomeados de "invasores" ou "favelados".

Há, portanto, uma concepção relativamente articulada de mundo, ainda que muito parcialmente referida ao aspecto da habitação. Sem dúvida, em outros domínios da vida, os acordos tendencialmente repetem arranjos seculares de pouca interação coletiva. Nos setores médios e altos da população, a maneira de se apropriar da terra pode bem refletir o mal-estar e a recusa em relação ao espaço público, um modo de vida assentado em valores e códigos de distinção. Mas de forma distinta, na modernização seletiva e sua incompleta realização em Brasília, os "condomínios" se configuraram como possibilidade a diversos segmentos de criarem um discurso positivo e legitimador para seus modos de ocupar as áreas periféricas de Brasília.

#### 4. Conclusão

Propusemos neste trabalho que a forma condominial que hoje predomina em diversos assentamentos novos de Brasília deriva não apenas do ambiente hostil e generalizado que se alastra pelas metrópoles país afora. É interessante notar que, em contraste com a proposta radical de reconfiguração fundiária proposta no Plano de Lucio Costa, há hoje um movimento contrário que privilegia, em diferentes setores e classes sociais, formas de apropriação do espaço na forma de loteamentos, de extensões privadas, cercadas ou não, das centralidades urbanas da metrópole de hoje.

A figura de Zé Bigode ajudou a refletir sobre a parcela da população que ficou à margem do processo de modernização, mesmo em Brasília. Sua atitude perante o horizonte do planalto da cidade se faz na articulação de desejos e práticas de posse simbólica do território. De transformação de um destino individual perante a iniquidade aviltante à qual esteve sujeito. Entretanto, há articulação coletiva entre classes desprivilegiadas, o que deixa em aberto os desafios em assimilar os anseios, sem que o jogo do arbítrio e da ilegalidade se transforme no único meio de expressão de seus anseios.



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8652097

## Referências

- ARENDRT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2007.
- BRITO, Ronaldo. **Fluida Modernidade**. In: NOBRE, Ana Luiza et. al. Lucio Costa: um modo de ser moderno. São Paulo: CosacNaify, 2004, pp. 249-254.
- BUARQUE DE HOLLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympo, 1989 [1936].
- CALDEIRA, Teresa. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.
- A CIDADE é uma só? Direção: Adirley Queirós. Produção: Adirley Queirós e André Carvalheira. Intérpretes: Dilmar Durães, Nancy Araújo, Marquinhos do Tropa e Wellington Abreu. Roteiro: Adirley Queirós e Thiago Mendonça. 400 Filmes e 5 da Norte Ceicine, 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7uS4YnqPWL&t=117s>>. Acesso em: 10 jun. 2018.
- CODEPLAN. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – Jardim Botânico. Brasília: GDF, 2016. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/PDAD-Jardim-Bot%C3%A2nico-1.pdf>>. Acesso em 10 junho 2018.
- DISTRITO FEDERAL, & TERRACAP. **Histórico da Regularização Fundiária no DF. Brasília: TERRACAP**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.terracap.df.gov.br/regularizacao-fundiaria-novo-2/historico-7>>. Acesso em: 10 junho 2018.
- FAORO, Raimundo. **Os donos do poder : formação do patronato político brasileiro**. Petrópolis: Editora Globo, 2012 [1958].
- FREITAG, P., & FARIA, R. S. de. **Planejamento Regional em Brasília: O Fundefe e o Pergeb nas décadas de 1960 e 1970**. In V Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo. Vol. I, p. 89–103, 2013. Barcelona - Buenos Aires: DUOT. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2099/14126>>. Acesso em: 12 março 2018.
- FREITAS, G. de. **Células Desconexas: Condomínios Fechados e as Políticas Públicas de Regularização do Distrito Federal**. Dissertação de Mestrado. Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, PPG-UnB, 2013.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001
- MOURA, Cristina Patriota. **Condomínios horizontais em Brasília: elementos e composições**. Antropolítica, Rio de Janeiro, v. 1, p. 47-68, 2010. Disponível em:



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8652097

<<http://www.revistas.uff.br/index.php/antropolitica/article/view/21>. Acesso em: 12 março 2018

\_\_\_\_\_. **Condomínios no DF: clubes, favelas ou cidades?** In: PAVIANI, A. et.al. Brasília 50 anos: da capital à metrópole. Brasília: editora da UnB, 201,. pp. 281- 306.

PENNA, Nelba Azevedo (2003) **Fragmentação do Ambiente Urbano: crises e contradições** in PAVIANI, Aldo e Gouveia, Luiz A. de C. (orgs) **Brasília: controvérsias ambientais**. Brasília: Editora UnB.

SOUZA, Jessé. **Modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Editora da UnB, 2000.

\_\_\_\_\_. **A elite do Atraso – da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TELLES, Sophia S. Utilidade Lírica. In NOBRE, Ana Luiza et. al. Lucio Costa: um modo de ser moderno. São Paulo: CosacNaify, 2004, pp. 280-286

VIDAL, Laurent. **As lágrimas do Rio - o último dia de uma capital, 20 de abril de 1960**. São Paulo: Martins Fontes, 1960.

WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.